SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 07.747.410/0001-40

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 31 de dezembro de 2020 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a SAX também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro de 2020, o total de ativos atingiu R$ 522,1 milhões (R$ 463,3 milhões em 2019), representados, basicamente, por operações de crédito no montante de R$ 396,4 milhões (R$ 505,2 milhões em 2019) e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R$ 270,5 milhões (R$ 369,9 milhões em 2019). No exercício, a SAX incorreu em um prejuízo de R$ 6,3 milhões (R$ 44,8 milhões de lucro liquido em 2019) resultado este caracterizado por conta da pademia de COVID-19 que afetou todo o mercado econômico, no caso do varejo ao qual a CFI tem total vinculo na oferta de suas operações, houve o fechamento de lojas físicas em todo território nacional, causando assim um forte impacto negativo por conta da inatividade das operações. Seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 75,4 milhões (R$ 89,0 milhões em 2019). O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanceira.com.br. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus (Covid-19). O aumento significativo dos casos de Covid-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário das lojas físicas da Marisa Lojas S.A., o que afetou, portanto, as operações da SAX. Em março de 2020 foi instituído o Comitê de Crise visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Sociedade aos impactos em função da pandemia do Covid-19, sendo as principais ações: redução da jornada de trabalho, com base na adoção ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda previsto na Medida Provisória nº 936/2020, e adoção do home office, de forma a reduzir os gastos com mão de obra; postergação do pagamento de determinados impostos conforme deliberado em Decretos e Medidas Provisórias; comunicação dirigida aos clientes com instrução de pagamentos em sites/mídias sociais e criação de canais para pagamento de faturas. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, os principais impactos para a SAX foram: diminuição das receitas; aumento inicial de inadimplência, seguido de aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa comparado ao total em aberto da carteira; impactos na precificação de suas captações, devido à alta volatilidade nos mercados.

São Paulo, 30 de março de 2021.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2020	2019
Circulante		**495.168**	**441.292**
Disponibilidades	4	488	622
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	229.116	95.966
Operações de crédito		244.136	334.723
Setor privado	5.a	394.974	504.190
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.f	(150.838)	(169.467)
Outros créditos		21.428	9.981
Rendas a receber	6	4.052	3.925
Diversos	6	17.376	6.056
Não Circulante		**26.966**	**22.054**
Operações de crédito		1.502	999
Setor privado	5.a	1.510	1.010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.f	(8)	(11)
Outros créditos		24.920	20.855
Crédito Tributário	6	24.920	20.855
Outros Valores e Bens		301	-
Despesas Antecipadas	6	301	-
Imobilizado de uso	7	57	33
Outras imobilizações de uso	7	319	282
(Depreciações acumuladas)	7	(262)	(249)
Intangível	7	186	167
Ativos intangíveis	7	1.630	1.550
(Amortização acumulada)	7	(1.444)	(1.383)
Total do Ativo		**522.134**	**463.346**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
Circulante		**223.750**	**49.314**
Recusos de aceites		204.172	28.752
Obrigações por emissões de letras financeiras	8	-	28.752
Obrigações por emissões de letras câmbio	9	204.172	-
Outras obrigações		19.578	20.562
Fiscais e previdenciárias	12.a	1.168	1.752
Sociais e estatutárias	12.b	1.063	6.079
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		25	367
Diversas	12.c	17.322	12.364
Não Circulante		**222.973**	**324.991**
Recursos de aceites		95.071	323.450
Obrigações por emissões de letras câmbio	9	95.071	323.450
Depósitos		126.562	-
Operçação em Certificado de Depósito Bancário - CDB	11	43.571	-
Depósitos a prazo com garantia especial	10	82.991	-
Outras obrigações		1.340	1.541
Diversas	13	1.340	1.541
Patrimônio Líquido		**75.411**	**89.041**
Capital social	14	69.000	69.000
Reservas de lucros		6.411	20.041
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**522.134**	**463.346**

As notas explicativas são parte integrante das demonstraçoes contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Especiais de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		**69.000**	**11.956**	**29.330**	**-**	**110.286**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	44.822	44.822
Dividendos distribuídos		-	-	(29.328)	-	(29.328)
Dividendos e lucros pagos antecipadamente		-	-	(25.994)	-	(25.994)
Destinações:						
Reserva legal		-	1.843	-	(1.843)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	32.234	(32.234)	-
Dividendos propostos	14.b	-	-	-	(10.745)	(10.745)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		**69.000**	**13.799**	**6.242**	**-**	**89.041**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.325)	(6.325)
Dividendos distribuídos (*)		-	-	(6.242)	-	(6.242)
Destinações:						
Absorção de prejuízo acumulados		-	(10.800)	-	10.800	-
Reserva legal		-	224	-	(224)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	3.188	(3.188)	-
Dividendos propostos	14.b	-	-	-	(1.063)	(1.063)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		**69.000**	**3.223**	**3.188**	**-**	**75.411**
Saldo em 30 de Junho de 2020		**69.000**	**2.999**	**-**	**-**	**71.999**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	4.475	4.475
Destinações:						
Reserva legal		-	224	-	(224)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	3.188	(3.188)	-
Dividendos propostos	14.b	-	-	-	(1.063)	(1.063)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		**69.000**	**3.223**	**3.188**	**-**	**75.411**

(*) Refere-se a distribuição de dividendos realizada em 05 de março de 2020, pertinente ao lucro liquido apurado no 2°semestre de 2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2º semestre 2020	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		**104.326**	**275.952**	**383.309**
Operações de crédito	16.a	102.187	270.481	369.889
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.b	2.139	5.471	13.420
Despesas da intermediação financeira		(52.502)	(199.623)	(232.336)
Operações de captação no mercado	16.c	(6.059)	(13.960)	(23.141)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(46.443)	(185.663)	(209.195)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**51.824**	**76.329**	**150.973**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	16.d	5.160	10.218	16.182
Rendas de tarifas bancárias		8	19	198
Despesas de pessoal	16.e	(1.739)	(3.794)	(3.534)
Outras despesas administrativas	16.f	(41.096)	(76.304)	(63.345)
Despesas tributárias	16.g	(5.593)	(14.215)	(19.369)
Outras despesas operacionais	16.h	(1.346)	(2.643)	(2.991)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**7.218**	**(10.390)**	**78.114**
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para imposto de renda	15	5.567	-	(22.676)
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	15	3.347	-	(13.620)
Ativo fiscal diferido	15	(11.657)	4.065	3.004
(Prejuízo) Lucro Líquido do Semestre/Exercício		**4.475**	**(6.325)**	**44.822**
(Prejuízo) Lucro líquido por ação - R$		0,45	(0,64)	4,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	2º semestre 2020	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercício	4.475	(6.325)	44.822
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do semestre/exercicio	4.475	(6.325)	44.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R$)

	2º semestre 2020	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício antes da tributação e das participações	7.218	(10.390)	78.114
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	46.443	185.663	101.558
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	13	36	(106)
Depreciação e amortização	38	74	64
	53.712	175.383	179.630
Aumento/Redução em ativos e passivos:			
Operações de crédito	(56.392)	(95.579)	(138.592)
Outros créditos	958	280	(1.580)
Recursos e aceites	(48.115)	(52.959)	131.786
Depósitos interfinanceiros	126.562	126.562	(31.355)
Outras obrigações	1.821	(2.047)	(21.315)
Pagamentos referentes a litígios e demandas judiciais	(59)	(237)	(244)
Caixa gerado nas operações	78.487	151.403	118.330
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(12.028)	(59.463)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	78.487	139.375	58.867
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações no ativo imobilizado e intangível	(80)	(117)	(53)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(80)	(117)	(53)
Fluxo de Caixa das Atividades de Finaciamento			
Pagamento de dividendos	-	(6.242)	(55.322)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(6.242)	(55.322)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	78.407	133.016	3.492
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	151.197	96.588	93.096
No fim do semestre/exercício	229.604	229.604	96.588
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	78.407	133.016	3.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX", "Sociedade" ou "CFI") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do grupo Marisa Lojas S.A. ("Marisa" ou "Grupo Marisa"), que atuam preponderantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Consequentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas lojas da Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 31 de dezembro de 2020, o Itaú não exerceu sua preferencias de aquisição de operações atreladas ao contrato. **1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus (Covid-19). O aumento significativo dos casos de Covid-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário das lojas físicas da Marisa Lojas S.A. a partir de 22 de março de 2020, em linha com as medidas tomadas pelos órgãos governamentais, os quais recomendam o distanciamento e isolamento social. Em conformidade com as diretrizes do Grupo Marisa, a Sociedade constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e de operações, e tomou algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, incluindo: (i) Instituição do Comitê de Crise visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Sociedade aos impactos em função da pandemia do Covid-19. (ii) Adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que o Grupo Marisa tenha os recursos necessários para manter suas operações enquanto perdurar a pandemia, assim como para suportar a retomada delas quando autorizado pelas autoridades competentes, sendo as principais abaixo em andamento: • Redução da jornada de trabalho e implementação de home office, de forma a reduzir os custos de mão de obra; • Renegociação de todos os contratos mais relevantes do Grupo Marisa e contingenciamento de todas as despesas não essenciais; • Revisão do plano de investimentos no ano de 2020; • Renegociação/postergação dos pagamentos com os principais fornecedores; • Postergação do pagamento de determinados impostos conforme deliberado em Decretos e Medidas Provisórias; • Obtenção de novas linhas de crédito junto a instituições financeiras; • Comunicação dirigida aos clientes com cartão Marisa, instrução de pagamentos em sites/mídias sociais e criação de canais para pagamento de faturas. (iii) Aprimoramento do canal *online*, com uma plataforma robusta para comportar eventual aumento de demanda das lojas físicas para o meio digital. Devido à incerteza do desfecho dessa pandemia, considerando que o Covid-19 continua a impactar por período indeterminado a atividade econômica mundial, inclusive devido às paralisações obrigatórias solicitadas por autoridades governamentais, a financeira efetuou estudos considerando os potenciais impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da instituição e entende que eles estão sujeitos a sofrerem alterações, conforme os acontecimentos futuros. No entanto, diante do atual cenário, a Administração da SAX analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e afetar a mensuração de determinadas estimativas contábeis que pudessem impactar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, detalhadas abaixo. **Risco de continuidade operacional**: A Sociedade não possui evidências de qualquer risco de continuidade operacional, considerando o cenário de projeção de fluxo de caixa elaborado pela Administração. Mesmo em um cenário negativo, em 31 de dezembro de 2020 não havia nenhum indicativo de que a Sociedade não teria condições de continuar operando, pelo menos, pelos próximos 12 meses. No entanto, a Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Sociedade de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos. **Recuperabilidade de ativos financeiros - NBC TG 48**: ***Aplicações financeiras***: A Sociedade possui aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras sólidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 4, e não são esperadas perdas desses ativos. **Contas a receber (perdas de crédito esperadas)**: As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, considerando o perfil dos clientes e locais de recebimento das faturas a vencer do cartão Marisa e do empréstimo pessoal. Com o fechamento temporário das lojas da Marisa a partir do dia 22 de março de 2020, a Sociedade adotou medidas para o recebimento, como divulgação dos meios digitais para visualização das faturas, abertura de postos de recebimentos nas lojas de rua, parcerias com supermercados, farmácias, entre outros. Atualmente, com a retomada gradual das operações das lojas Marisa, ampliou-se os recebimentos de clientes, em especial a partir do terceiro trimestre de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade analisou os seus recebíveis, tanto do produto cartão Private Label quanto do empréstimo pessoal, e foi observado maior nível de crescimento da carteira adimplente quando comparado ao ápice da pandemia no segundo trimestre de 2020, sendo que a participação da carteira com atraso superior a 90 dias, atingiu os patamares anteriores aos da pandemia. O controle sobre o risco da carteira reflete o conjunto de decisões tomadas desde o início da pandemia, e após a retomada parcial da Economia. Visando a melhor *performance* diante do cenário atual, a instituição aprimorou o método de concessão de novos créditos, manteve o foco na manutenção da estratégia de cobrança e tem controlado os indicadores de forma a refletir a expectativa de inadimplência por meio do provisionamento de acordo com a respectiva faixa de risco. Vide movimentação dos valores de perdas de crédito esperadas, na nota explicativa nº 5.g.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720, de 30 de maio de 2019, e na Resolução BACEN nº 02, de 12 de agosto de 2020, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo, que inclui o balanço patrimoniais e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido e as notas explicativas. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 01** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 03** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 05** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3973/11; • **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 33** - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)** - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com as exigências e pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e adotados pelo Banco Central do Brasil. Possíveis adoções por parte deste órgão regulador serão apresentadas em demonstrações futuras. A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 foi concedida pela Diretoria em 30 de março de 2021.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravo para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e) Cessão de crédito sem coobrigação e outras avenças:** As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN n° 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício. **f) Outros ativos e passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata die". **g) Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **h) Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **i) Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **j) Depósitos e captações no mercado aberto e os recursos de aceites:** Os depósitos, captações no mercado aberto e os recursos de aceite são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die." **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25 e pela Carta-Circular n 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Para os riscos cíveis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza. O limite máximo de provisão é de R$ 4,1 (quatro mil e cem reais), considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos. • Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes a R$ 240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 6. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **m) Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações. **n) Resultados recorrentes e não recorrentes:** São apresentados de forma detalhada componentes do resultado (eventos não recorrentes) que não estão relacionados ou estão relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade, e não estão previstos para ocorrer com frequência em exercícios futuros, conforme nota explicativa nº 20.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2020	2019
Disponibilidades	488	622
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	229.116	95.966
Total	**229.604**	**96.588**

(i) Referem-se principalmente à aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento de 1,75% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (4,25% a.a. em dezembro de 2019).

5. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão assim sumarizadas:

a) *Por operação*	2020	2019
Empréstimo pessoal	117.828	171.086
Empréstimo consignado	5.956	7.121
Operações financiadas (i)	272.700	326.993
	396.484	**505.200**
Ativo circulante	394.974	504.190
Ativo não circulante	1.510	1.010
	396.484	**505.200**

Em 1º de julho de 2018, houve uma reestruturação financeira envolvendo a SAX e a Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (parte relacionada), que consiste na migração das operações com juros originárias do Cartão Marisa, que faziam parte, anteriormente, da carteira da Club para a carteira da SAX. Desta forma, todas as operações de vendas com juros por meio do Cartão Private Label Marisa passaram a ser registradas diretamente na SAX e as operações sem juros do Cartão Marisa que venham a ocorrer inadimplência são cedidas da Club para a SAX. As cessões são realizadas pelo seu valor contábil, não gerando resultado entre as companhias.

b) *Composição das operações por faixas de vencimento*

	2020 Valor	2020 % sobre total	2019 Valor	2019 % sobre total
Parcelas a vencer:				
Até 30 dias	47.268	11,92	60.204	11,92
De 31 a 60 dias	36.098	9,10	48.408	9,58
De 61 a 90 dias	32.249	8,15	44.553	8,83
De 91 a 180 dias	70.480	17,78	86.858	17,19
Acima de 180 dias	49.808	12,56	50.922	10,08
	235.903	**59,51**	**290.945**	**57,60**
Parcelas vencidas:				
Até 30 dias	18.731	4,72	29.954	5,93
De 31 a 60 dias	10.122	2,55	19.043	3,77
De 61 a 90 dias	8.494	2,14	18.554	3,67
De 91 a 120 dias	8.480	2,14	18.906	3,74
De 121 a 150 dias	8.165	2,06	18.092	3,58
De 151 a 180 dias	9.921	2,50	16.884	3,34
De 181 a 240 dias	29.188	7,36	33.650	6,66
De 241 a 300 dias	42.216	10,65	34.762	6,88
De 301 a 360 dias	25.264	6,37	24.410	4,83
	160.581	**40,49**	**214.255**	**42,40**
	396.484	**100,00**	**505.200**	**100,00**

c) *Concentração das operações*	2020	2019
Dez maiores devedores	584	292
Cinquenta seguintes maiores devedores	630	552
Cem seguintes maiores devedores	680	683
Demais clientes	394.590	503.673
	396.484	**505.200**

d) *Composição por vencimento das parcelas*

	2020 Valor	2020 % sobre total	2019 Valor	2019 % sobre total
A vencer até 3 meses	115.615	29,16	153.165	30,32
A vencer de 3 a 12 meses	118.753	29,95	136.771	27,07
A vencer de 1 a 3 anos	1.423	0,36	996	0,20
A vencer acima de 3 anos	112	0,03	13	0,01
Vencidos	160.581	40,50	214.255	42,40
	396.484	**100,00**	**505.200**	**100,00**

e) *Composição por atividade econômica - setor privado*

	2020 Valor	2020 % sobre total	2019 Valor	2019 % sobre total
Pessoas físicas	396.484	100,00	505.200	100,00
	396.484	**100,00**	**505.200**	**100,00**

f) *Composição da carteira por nível de risco*

"Rating"	Provisão mínima -%	2020 Carteira	2020 Provisão Mínima	2020 Provisão Adicional	2020 Provisão Total	2019 Carteira	2019 Provisão Mínima	2019 Provisão Adicional	2019 Provisão Total
A	0,5	200.170	1.001	-	1.001	248.621	1.243	-	1.243
B	1,0	15.028	150	-	150	24.001	240	-	240
C	3,0	13.355	401	-	401	24.668	740	-	740
D	10,0	11.758	1.176	-	1.176	23.501	2.350	-	2.350
E	30,0	10.471	3.141	3.665	6.806	22.542	6.763	7.890	14.653
F	50,0	8.072	4.036	1.614	5.650	21.363	10.681	4.273	14.954
G	70,0	7.872	5.511	393	5.904	20.824	14.577	1.041	15.618
H	100,0	129.758	129.758	-	129.758	119.680	119.680	-	119.680
		396.484	**145.174**	**5.672**	**150.846**	**505.200**	**156.274**	**13.204**	**169.478**

A SAX constituiu, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 com base na perda histórica. Tais provisões foram concentradas exclusivamente nos níveis de classificação E, F e G, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis.

g) *Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa*

	2020	2019
Saldo inicial	(169.478)	(67.920)
(Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(185.663)	(209.195)
Baixa de títulos incobráveis para prejuízo	204.295	107.637
	(150.846)	**(169.478)**

h) *Recuperação de créditos e Renegociações*: Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R$12.891 (R$9.588 em 2019). Do montante mencionado acima cerca de R$ 390 referem-se a operações renegociadas durante o exercício de 2020. Sendo que os recebimentos destas operações renegociadas no período totalizaram o montante de R$ 150.

6. Outros créditos: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão representados por:

	2020	2019
Créditos tributários (**)	24.920	20.855
Rendas a receber	4.052	4.723
Adiantamentos e antecipações salariais	21	24
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	951	1.207
Imposto de renda a compensar	9.898	2.711
Contribuição social a compensar	4.280	-
Outros	2.527	1.316
	46.649	**30.836**
Ativo circulante	21.428	9.981
Ativo não circulante	25.221	20.855
	46.649	**30.836**

(**) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Imposto de renda:				
Prejuízo fiscal do IRPJ				
Diferenças temporárias	-	9.930	-	9.930
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.497	2.954	(10.132)	5.319
Provisão para passivos contingentes e outras contas a pagar	535	-	(212)	323
	13.032	**12.884**	**(10.344)**	**15.572**
Contribuição social:				
Base negativa da CSLL	-	5.958	-	5.958
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.546	1.773	(6.079)	3.240
Provisão para passivos contingentes e outras contas a pagar	277	-	(127)	150
	7.823	**7.731**	**(6.206)**	**9.348**
	20.855	**20.615**	**(16.550)**	**24.920**

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Imposto de renda:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.532	25.389	(22.424)	12.497
Provisão para passivos contingentes e outras contas a pagar	383	178	(26)	535
	9.915	**25.567**	**(22.450)**	**13.032**
Contribuição social:				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.664	15.234	(15.352)	7.546
Provisão para passivos contingentes e outras contas a pagar	273	107	(103)	277
	7.937	**15.341**	**(15.455)**	**7.823**
	17.852	**40.908**	**(37.905)**	**20.855**

A Sociedade, com base em suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis no prazo máximo de 1 ano para prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL e créditos provenientes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e até 5 anos para provisão para causas judiciais. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa de captação média de 9,87% da Sociedade é de R$ 22.461 (R$ 18.678 em 2019).

7. Imobilizado e Intangível: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

a) Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	2020 Custo	2020 Depreciação	2020 Líquido	2019 Custo	2019 Depreciação	2019 Líquido
Móveis e utensílios	10	54	(35)	19	54	(32)	22
Instalações	10	2	(1)	1	2	(1)	1
Hardware	20	263	(226)	37	226	(216)	10
		319	**(262)**	**57**	**282**	**(249)**	**33**

b) Intangível

	Taxa anual de amortização %	2020 Custo	2020 Amortização	2020 Líquido	2019 Custo	2019 Amortização	2019 Líquido
Software	20	1.630	(1.444)	186	1.550	(1.383)	167
		1.630	**(1.444)**	**186**	**1.550**	**(1.383)**	**167**

8. Obrigações por emissões letras financeiras: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão compostas como segue:

Vencimento	Modalidade	Taxa CDI	2020	2019
Em 12 meses	Pós - Fixada	123,0% CDI	-	28.752
			-	**28.752**

A Sociedade efetuou a liquidação desta letra financeira em 17 de fevereiro de 2020.

9. Obrigações por emissões letras de câmbio: A composição da carteira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam representadas por letras de câmbio com instituições não ligadas, com remunerações pré-fixadas ou pós-fixadas vinculadas às variações diárias do CDI - CETIP, conforme demonstrado abaixo:

Vencimento	Modalidade	Taxa CDI	2020	2019
Em 12 meses	Pós - fixada	113,0% a 124,0% CDI	204.172	54.506
De 12 a 24 meses	Pós - fixada	115,0 a 126,0% CDI	76.429	197.567
De 12 a 24 meses	Pré - fixada	4,7% a 6,2%	2.764	-
De 24 a 36 meses	Pós - fixada	127,0% a 128,0% CDI	1.904	71.377
De 24 a 36 meses	Pré - fixada	6,15% a 8,2%	13.974	-
			299.243	**323.450**
Passivo circulante			204.172	-
Passivo não circulante			95.071	323.450
			299.243	**323.450**

10. Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE: A composição da carteira em 31 de dezembro de 2020 estava representada por operações de Depositos a Prazo com Garantia Especial com instituições não ligadas, com remunerações pós-fixadas vinculadas às variações diárias do CDI - CETIP, conforme demonstrado abaixo:

Vencimento	Modalidade	Taxa CDI	2020	2019
De 12 a 24 meses	Pós - fixada	100,0% CDI - 1,70%	82.991	-
			82.991	-

11. Depósitos a prazo com emissão de certificado de depósito bancário - CDB: A composição da carteira em 31 de dezembro de 2020 estavam representadas por Depositos com CDB, com remunerações pré-fixadas ou pós-fixadas vinculadas às variações diárias do CDI - CETIP, conforme demonstrado abaixo:

Vencimento	Modalidade	Taxa CDI	2020	2019
De 12 a 24 meses	Pós - fixada	130,0% a 136,0% CDI	1.707	-
De 12 a 24 meses	Pré - fixada	6,3% a 6,8%	7.281	-
De 24 a 36 meses	Pós - fixada	136,0% a 138,0% CDI	537	-
De 24 a 36 meses	Pós - fixada	8,0% a 9,25%	34.046	-
			43.571	**-**

12. Outras obrigações: a) *Fiscais e previdenciárias*: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão representados por:

	2020	2019
Impostos e contribuições a recolher	121	153
Outros impostos	1.047	1.599
	1.168	**1.752**

b) *Sociais e estatutárias*	2020	2019
Dividendos propostos	1.063	6.079
	1.063	**6.079**

c) *Diversos*	2020	2019
Obrigações trabalhistas	279	367
Contas a pagar	17.043	11.997
Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 13)	1.340	1.541
	18.662	**13.905**

	2020	2019
Passivo circulante	17.322	12.364
Passivo não circulante	1.340	1.541
	18.662	**13.905**

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) *Ativos contingentes*: Em 31 de dezembro de 2020 não foram reconhecidos ativos contingentes e processos classificados como prováveis de realização. **b) *Passivos contingentes*:** Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade integra o pólo passivo de 367 ações cíveis (323 ações em 2019). Os processos em trâmite referem-se a reclamações formuladas por consumidores, com motivos diversos, tais como inscrição indevida no Serviço de Proteção ao Crédito e revisão contratual. O valor médio de condenação nessas ações é de R$ 2,4 mil (R$ 2,8 mil em 2019) e o valor provisionado no montante de R$661 (R$816 em 2019) tem como base o êxito da Sociedade e o valor da causa de cada processo. A SAX também possui 8 ações trabalhistas ativas (8 ações em 2019) com valor provisionado de R$ 679 (R$725 em 2019).

Movimentação das provisões e das obrigações legais

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	739	908	1.647
Constituição de provisão	225	1.092	1.317
Baixas por encerramento	(239)	(1.184)	(1.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	725	816	1.541
Constituição de provisão	25	11	36
Baixas por encerramento	(71)	(166)	(237)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	679	661	1.340

c) *Perdas possíveis*: Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui um total de 6 (seis) processos administrativos, avaliados com probabilidade de perda possível e não provisionados relacionados a IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008 e compensação de crédito indeferido PerdComp, no montante de R$ 1.064 (R$ 1.046 em 2019) e R$ 6.843 (R$ 6.178 em 2019), respectivamente. **d) *Órgãos reguladores*:** Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Sociedade. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

14. Patrimônio líquido: a) *Capital social*: O capital social, totalmente integralizado, é representado por 9.945.518 ações, as quais totalizam R$69.000, sendo 4.972.759 ações ordinárias nominativas e 4.972.759 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **b) *Reservas*: *Reserva Legal*:** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e é constituída semestralmente. ***Reservas Estatutárias ou Dividendos*:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, apurado em cada balanço semestral, após outras destinações previstas em disposições legais. Por decisão de reunião da Diretoria, foram aprovadas as seguintes distribuições a título de dividendos:

2020	Valor por ação (R$)	Valor distribuído/ proposto
Junho de 2020	-	-
Dezembro de 2020	0,1069	1.063
	-	**1.063**

2019	Valor por ação (R$)	Valor distribuído/ proposto
Junho de 2019	0,4690	4.665
Dezembro de 2019	0,6113	6.080
	-	10.745

c) *Reservas de lucros*: Em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e do dividendo proposto, foi destinado para reserva especial de lucros no montante de R$ 3.188 (R$ 32.234 em 2019).

15. Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representada:

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.390)	78.114
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	4.156	(31.245)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Receitas não tributáveis / (despesas não dedutíveis)	(91)	(2.048)
	4.065	**(33.293)**
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:		
Correntes	-	(36.296)
Diferidos	4.065	3.004
	4.065	**(33.292)**

16. Demonstração do resultado: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão representadas, principalmente, por:

a) *Operações de crédito*	2º semestre 2020	2020	2019
Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos	93.021	257.590	360.301
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9.166	12.891	9.588
	102.187	**270.481**	**369.889**

b) *Resultado de aplicações interfinanceiras*	2º semestre 2020	2020	2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.139	5.471	13.420
	2.139	**5.471**	**13.420**

c) *Operações de captação no mercado*	2º semestre 2020	2020	2019
Despesas com Depositos Interfinanceiros	(1.576)	(1.576)	(657)
Despesas com Letras Financeiras	-	(198)	(1.979)
Despesas com Letras de Câmbio	(4.483)	(12.186)	(20.505)
	(6.059)	**(13.960)**	**(23.141)**

d) *Receita de prestação de serviços*	2º semestre 2020	2020	2019
Receitas de comissão de vendas de seguros	1.710	4.089	6.554
Receitas de taxa de confecção de cadastro	3.450	6.129	9.628
	5.160	**10.218**	**16.182**

e) *Despesas de pessoal*	2º semestre 2020	2020	2019
Proventos	(1.097)	(2.459)	(2.287)
Encargos sociais	(369)	(779)	(697)
Benefícios	(234)	(491)	(487)
Treinamento	(39)	(65)	(63)
	(1.739)	**(3.794)**	**(3.534)**

f) *Outras despesas administrativas*	2º semestre 2020	2020	2019
Despesas com serviços do sistema financeiro	(1.636)	(3.619)	(4.369)
Despesas com serviços técnicos especializados	(4.719)	(8.361)	(8.611)
Despesas com processamento de dados	(2.475)	(4.437)	(3.581)
Depreciações e amortizações	(39)	(74)	(65)
Despesas de comunicações	(276)	(605)	(767)
Despesas de propaganda, publicidade e publicações	(628)	(903)	(1.816)
Despesas compartilhadas (*)	(31.163)	(57.883)	(43.749)
Outras	(160)	(422)	(387)
	(41.096)	**(76.304)**	**(63.345)**

(*) As despesas compartilhadas referem-se a despesas tais como administrativas e de pessoal, reconhecidas na Marisa para atividades desenvolvidas para a Sax, as quais são compartilhadas utilizando o critério de rateio definido pela Marisa Lojas S.A., de acordo com a participação de cada empresa sobre a Receita Operacional Líquida do grupo econômico avalia anualmente.

g) *Despesas tributárias*	2º semestre 2020	2020	2019
COFINS	(4.589)	(11.788)	(15.965)
ISS	(258)	(511)	(809)
PIS	(746)	(1.916)	(2.595)
	(5.593)	**(14.215)**	**(19.369)**

h) *Outras despesas operacionais*	2º semestre 2020	2020	2019
Contingências cíveis e trabalhistas	(418)	(891)	(990)
Diversos (*)	(928)	(1.752)	(2.001)
	(1.346)	**(2.643)**	**(2.991)**

(*) Do montante de R$ 1.752 apurado em "Diversas", 67% (R$ 1.166) referem-se à perdas com fraudes em operações de credito com o Cartão Marisa (R$ 1.308 em 2019).

17. Transações e saldos com partes relacionadas: Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Ativo circulante:		
Outros créditos diversos - Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada) (*)	951	798
Outros créditos diversos - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) (*)	2.818	1.207
	3.769	**2.005**
Passivo circulante:		
Outras obrigações diversas - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) (*)	10.947	7.894
Outras obrigações diversas - Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada)(*)	2.271	2.255
Dividendos a pagar - Max Participações Ltda. (Holding)	1.063	6.079
	14.281	**16.228**
Resultado:		
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada)		
Receitas com operações de CCB pré-fixado (**)	2.017	3.858
Aluguéis de imóveis	5	5
Despesas de Serviços CCB	3.214	1.908
Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)		
Despesas de correspondente bancário	124	67
Despesas compartilhadas (***)	57.883	43.749
	63.243	**49.587**

(*) Outros créditos diversos referem-se à operações de repasse entre sociedades em coligadas. Enquanto que Outras obrigações correspondem a operações de compartilhamentos de despesas e serviços de correspondente bancário. (**) Receita proveniente de operações de CCB entre SAX e CLUB, pertinentes às operações de reestrututação financeira. (***) Referem-se à despesas como água e energia elétrica que são compartilhadas entre empresas do Grupo Marisa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a SAX não realizou pagamento de prêmios ou comissões à diretoria e à administração.

18. Limites operacionais: Conforme Resolução CMN n° 4.193, de 1º de março de 2013 e Circular Bacen n° 3.477, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), e à adequação ao Patrimônio de Referência (PR), o Índice da Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2020 é 14,91% (18,04% em 2019).

19. Gerenciamento de risco: A abordagem integrada para gestão de riscos da Sociedade compreende a adoção de instrumentos que permitem o efetivo controle dos riscos incorridos, organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. O controle dos riscos abrange todas as exposições às linhas de negócio vigente, agrupados nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, capital e operacional, fundamentalmente segregado das áreas de negócios e auditoria interna. Os níveis de exposição são monitorados diariamente por meio de uma estrutura de limites de aceitação de risco, através de um processo de gestão e controle, que atribui responsabilidades às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O resultado financeiro é apurado através dos controles que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. A área de gestão de riscos, adota os fundamentos: • Visão integrada de riscos; • Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; • Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e • Constante envolvimento da Alta Administração. Para reduzir os efeitos do risco operacional o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), é fundamentado em uma estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios face a complexidade dos seus negócios. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. Aprovado pela Alta Administração, a gestão de riscos tem os critérios definidos e os limites estabelecidos no conjunto de documentos citado acima, divulgado internamente (intranet) a todos os colaboradores e revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando necessário devido mudanças nos objetivos e estratégias do negócio ou na metodologia de gestão do risco. Em cumprimento ao artigo 17º da Circular Bacen nº 3959 de 2019, a Sociedade realizou análise de sensibilidade de seus principais ativos e passivos, conforme os cenários elencados abaixo: • Cenário I: consideramos uma elevação da qualidade do crédito em 10% (PCLD menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%. • Cenário II: considera uma piora da qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%. • Cenário III: considera uma piora da qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.

	Efeito bruto no resultado: Cenário I	Cenário II	Cenário III
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.085)	15.085	30.169
Taxa de captação	(2.990)	2.990	5.980
Provisão para passivos contingentes	(134)	134	268

Adicionalmente em cumprimento à Resolução CMN nº 4.193 de 2013, informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Sociedade.

20. Eventos recorrentes e não recorrentes: Não foram identificados resultados não recorrentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

A DIRETORIA

CONTADORA: Debora Aversoni Branco Pedro - CRC SP253347/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores da

SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo/SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1